

# FUNDAMENTOS MICRODINÂMICOS DO SUBDESENVOLVIMENTO: APORTES EVOLUCIONÁRIOS À TEORIA DA DEPENDÊNCIA DE CELSO FURTADO

Microdynamics Foundations of Underdevelopment: Evolutionary  
perspectives on Celso Furtado's Dependency Theory

Andrey Hamilka IPIRANGA  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)  
andrey.ipiranga@yahoo.com

Marcelo AREND  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)  
marcelo.arend@ufsc.br

## RESUMO

O artigo objetiva revisar o conceito de dependência cultural e de subdesenvolvimento de Celso Furtado a partir do approach evolucionário, mas especificamente através das abordagens institucionalista e neo-schumpeteriana, Nossa hipótese de trabalho é a de que a dependência cultural pode ser entendida como uma instituição histórica, uma espécie de hábito cognitivo de larga duração. O hábito da modernização de padrões de consumo estrangeiros é uma forma de aprisionamento institucional-cognitivo, que constrange o desenvolver da criatividade no agentes econômicos locais. Tal aprisionamento institucional restringe a dinâmica inovativa das empresas nacionais, pois desenvolvem-se em um sistema econômico onde a estrutura de incentivos premia ações imitativas em detrimento de processos de busca por inovações disruptivas. Temporalmente, o hábito emulador dos agentes locais, enraizado secularmente nos processos cognitivos da sociedade, leva as empresas a desenvolverem “genes pouco criativos”, limitando-as em termos microdinâmicos a liderarem a dinâmica competitiva schumpeteriana.

**PALAVRAS-CHAVE:** Celso Furtado. Dependência Cultural. Microdinâmica do Subdesenvolvimento.

## ABSTRACT

The article aims to revisit Celso Furtado's concept of cultural dependence and underdevelopment from the evolutionary approach, but specifically through the institutionalist and neo-Schumpeterian approaches. Our working hypothesis is that cultural dependence can be understood as a historical institution, a kind of long-lasting cognitive habit. The habit of modernizing foreign consumption patterns is a form of institutional-cognitive imprisonment, which constrains the development of creativity in local economic agents. Such institutional imprisonment restricts the innovative dynamics of national companies, as they develop in an economic system where the incentive structure rewards imitative actions to the detriment of processes of searching for disruptive innovations. Temporally, the emulator habit of local agents, rooted secularly in the cognitive processes of society, leads companies to develop “little creative genes”, limiting them in microdynamic terms to lead Schumpeterian competitive dynamics.

**KEYWORDS:** Celso Furtado. Cultural Dependency. Underdevelopment Microdynamics.

**Classificação JEL:** B52, O43, P16, O54.

Recebido em: 02-11-2020. Aceito em: 30-11-2020.

# 1 INTRODUÇÃO

O artigo busca realizar um esforço embrionário de compreender o subdesenvolvimento em termos microdinâmicos, a partir do conceito de dependência cultural de Celso Furtado. Partimos da releitura do conceito de dependência cultural proposto por Arend, Fagotti e Moreira (2020), que diagnosticam o fenômeno do subdesenvolvimento furtadiano a partir da definição da dependência institucional-cognitiva. A dependência institucional-cognitiva é percebida pelos autores como a instituição pétreia do subdesenvolvimento brasileiro, capaz de moldar o comportamento dos agentes econômicos no longo prazo na direção do mimetismo cultural, alienando a sociedade de sua identidade.

Nosso estudo parte dessa ideia proposta por Arend, Fagotti e Moreira (2020), de que a dependência cultural pode ser entendida como uma instituição histórica, uma espécie de hábito cognitivo de larga duração. Para além disso, procuramos avançar no entendimento do fenômeno do subdesenvolvimento, procurando seus fundamentos microeconômicos. Quer dizer, buscamos encontrar elementos evolucionários para a debilidade do progresso técnico em sociedades subdesenvolvidas.

A hipótese de trabalho apresentada aqui é a de que o hábito da modernização de padrões de consumo estrangeiros é uma forma de aprisionamento institucional-cognitivo, que constrange o desenvolver da criatividade nos agentes econômicos locais. Tal aprisionamento institucional restringe a dinâmica inovativa das empresas nacionais, pois estas desenvolvem-se em um sistema econômico onde a estrutura de incentivos premia ações imitativas em detrimento de processos de busca por inovações disruptivas. Temporalmente, o hábito emulador dos agentes locais, enraizado secularmente nos processos cognitivos da sociedade, leva as empresas a desenvolverem “genes pouco criativos”, limitando-as em termos microdinâmicos a liderarem revoluções tecnológicas schumpeterianas. A condição do subdesenvolvimento nessa percepção ganha contornos microdinâmicos de permanência secular, pela debilidade de um sistema econômico gerar progresso na fronteira tecnológica internacional em constante mutação.

O artigo está estruturado em cinco seções. Na seção 2 é apresentada a abordagem de Celso Furtado acerca do fenômeno do subdesenvolvimento, em especial a problemática da dependência cultural. Na seção 3 são discutidos alguns elementos evolucionários que darão suporte a defesa de nossa hipótese de trabalho. Na seção 4 mostramos, a partir das

abordagens institucionalista e neo-schumpeteriana, que a dependência cultural proposta por Celso Furtado é capaz de exercer efeitos debilitantes na capacidade inovativa das empresas nacionais. A dependência institucional-cognitiva constrange o progresso tecnológico nacional, formando empresas locais com “genes pouco criativos”. Na seção 5 apresentamos as considerações finais.

## 2 O SUBDESENVOLVIMENTO EM CELSO FURTADO

Em seus escritos, Celso Furtado buscou compreender o porquê de algumas economias, especialmente a brasileira, apresentarem grandes disparidades em relação a outras no tocante à produção e o crescimento econômico, sofisticação tecnológica, distribuição de renda. Em outras palavras, Furtado primava atenção especial às condições que determinam o “grau de desenvolvimento” de um país, num esforço teórico-dedutivo alicerçado no instrumental analítico da ciência econômica, voltando-se para a formação histórica dos países subdesenvolvidos. A partir disso, o autor concebe um “modelo”, um constructo, que capta os aspectos essenciais da realidade, e cujo grau de abstração permite a análise dessas economias considerando suas características idiossincráticas.

A preocupação de Furtado com as diferenças observadas na formação histórica das economias ao redor do globo está presente desde os seus primeiros escritos, sendo que em *Formação Econômica do Brasil* (2007), sua primeira obra de grande projeção, o autor destaca como a economia brasileira se desenvolveu como uma economia reflexa e dependente dos ciclos econômicos internacionais, por meio da exportação de produtos primários (vide os ciclos do açúcar, do ouro, e do café). Enquanto o elemento dinâmico das economias centrais eram os investimentos endógenos conduzidos pelo empresariado, o oposto poderia ser observado numa economia periférica como a economia brasileira, onde a demanda externa ditava o ritmo de crescimento, tornando-a, assim, vulnerável a oscilações oriundas do exterior.

Uma das primeiras versões do “modelo” para a análise do fenômeno do subdesenvolvimento é apresentada em *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (2009). A palavra “fenômeno” não é utilizada por acaso, pois o subdesenvolvimento não seria uma etapa rumo ao desenvolvimento (à lá Rostow), mas sim um processo histórico autônomo, que se origina na expansão das potências europeias a partir do século XVI. De acordo com Furtado, as economias centrais (notadamente as potências europeias, a exemplo da

Inglaterra) experimentaram um movimento “harmonioso” entre avanços tecnológicos e sua difusão na forma de novos padrões de consumo com a desarticulação das economias pré-capitalistas (aquelas estruturas de prevalência comercial) e a consolidação da indústria como dínamo do crescimento por volta do século XVIII.<sup>1</sup> Por sua vez, a penetração das técnicas modernas de produção nas economias “pré-capitalistas” deu origem a estruturas duais, onde um setor possuía produtividade elevada e era vinculado organicamente às suas metrópoles, e o outro era rudimentar, com baixos níveis de produtividade e salários de subsistência. Essa dualidade estrutural consistiu em um entrave à acumulação de capital, à absorção do contingente de mão-de-obra subempregado em segmentos rudimentares, e, assim, ao desenvolvimento.

Historicamente, e olhando para o caso brasileiro, essa dualidade estrutural se manifestou na chamada fase “primário-exportadora”, onde entre 1500 e a década de 1920 a estrutura econômica nacional era composta de um setor “moderno” agroexportador e um setor de subsistência, tendo como elemento dinâmico a demanda externa por produtos primários (em contraste com as economias centrais, cujo elemento dinâmico consistiu no emprego dos excedentes de produção por parte da classe burguesa para a acumulação de capital). Na periodização histórica de Furtado, a fase posterior à Grande Depressão foi caracterizada pela ascensão da produção industrial substitutiva de importações, dados os efeitos da crise econômica sobre o balanço de pagamentos e a capacidade de importar.

O avanço da produção substitutiva encontra os seus limites na capacidade de importação de bens com maior grau de tecnologia. Posteriormente, na chamada fase superior do subdesenvolvimento, mesmo com a internalização de alguns segmentos de máquinas e equipamentos, a absorção plena dos setores atrasados não se efetiva dado o conteúdo tecnológico deste maquinário, concebido primordialmente para as estruturas econômicas dos países centrais (no que diz respeito à estrutura de custos e à escala de produção). A industrialização nacional, ancorada na utilização de técnicas estrangeiras intensivas em capital e poupadoras de trabalho, não reproduz um mercado interno de massas, mas sim avança com a perpetuação do desemprego estrutural e desigualdade social.

---

<sup>1</sup> O processo de consolidação do setor industrial foi marcado pela orientação dos avanços técnicos com vistas a redução dos custos de produção em um primeiro momento (dada a elasticidade da oferta de mão-de-obra e a crescente demanda por produtos manufaturados), e pela difusão das técnicas de produção por toda a estrutura produtiva, dando origem a novas formas de consumo (com a oferta de mão-de-obra se tornando menos elástica e o conseqüente aumento dos níveis de salário real, a absorção dos bens de capital passa a ser possível com a sua utilização em um número cada vez maior de setores).

Como o autor define, uma estrutura subdesenvolvida é:

[...] aquela em que a plena utilização do capital disponível não é condição suficiente para a completa absorção da força de trabalho, no nível da produtividade correspondente à tecnologia que prevalece no setor dinâmico do sistema. É a heterogeneidade tecnológica entre setores ou departamentos de uma mesma economia que caracteriza o subdesenvolvimento. (FURTADO, 2009, p. 173).

Posteriormente, em Teoria Política do Desenvolvimento Econômico (1983), Furtado avança na compreensão do fenômeno do subdesenvolvimento ao incorporar à análise do subdesenvolvimento, e sua inerente dualidade estrutural, novos elementos analíticos, bem como inicia aqui o delineamento do seu conceito de dependência. Um primeiro elemento analítico refere-se às decisões econômicas, mais especificamente aquelas referentes à expansão da capacidade produtiva, cujos efeitos não são instantâneos, se desdobrando ao longo do tempo (notadamente as decisões de investimento). Tais decisões, de acordo com o Furtado: podem provocar uma cadeia de reações com potencial de transformar as estruturas econômicas; gerar encadeamentos produtivos “para frente” e “para frente”; e exercer um efeito dominação sobre outros agentes, a partir da antecipação de uma cadeia de resultados.<sup>2</sup> Sobre as decisões econômicas, Furtado destaca que,

[...] à diferença do enfoque tradicional, que se preocupa essencialmente em descobrir automatismos, o estudo do desenvolvimento tende a concentrar-se na caracterização das estruturas, na identificação dos agentes significativos e nas interações entre determinadas categorias de decisão e estruturas. (FURTADO, 1983, p. 92).

Outro elemento analítico importante para Furtado é o poder econômico, que consiste na modificação do comportamento de um grupo de agentes através das decisões tomadas por um outro. Na matéria do desenvolvimento, o poder econômico se manifesta quando os ganhos de produtividade de um setor conseguem modificar a distribuição de renda de uma economia. O desenvolvimento ocorre na brecha existente entre os limites da dinâmica capitalista, cujo motor consiste na defesa por parte dos agentes de sua participação no

---

<sup>2</sup> Essas características remetem, respectivamente, ao conceito de causalidade circular cumulativa de Gunnar Myrdal, aos efeitos “arrasto” e “propulsão” de Albert Hirschmann e ao efeito dominação de François Perroux, definido como se segue: “Between any two economic units, A and B, the domination effect is present when, in a definite field, unit A exercises on unit B an irreversible or partially irreversible influence.” (PERROUX, 1950, p. 188).

produto global, o que é função da relação existente entre a difusão do progresso técnico e o poder econômico.

Os dois elementos analíticos elencados acima, referentes às decisões econômicas e ao poder econômico, são fundamentais para se perceber a compreensão teórica de Celso Furtado sobre desenvolvimento econômico. O autor enfatiza a importância de analisar-se os “parâmetros não-econômicos” dos modelos macroeconômicos, indo além das concepções da teoria econômica, como na definição abaixo:

A teoria do desenvolvimento trata de explicar, numa perspectiva macroeconômica, as causas e o mecanismo do aumento persistente da produtividade do fator trabalho e suas repercussões na organização da produção e na forma como se distribui o produto social (FURTADO, 1983, p.15).

O conceito de dependência é esboçado pela primeira vez nessa obra, o qual está intimamente relacionado com as modificações nos padrões de consumo dos países centrais. Algo que é uma das faces do mecanismo de desenvolvimento desses se torna o fator central na evolução das economias periféricas, onde em todas as fases (primário-exportadora, substituição de importações e fase superior do subdesenvolvimento) busca-se internalizar/mimetizar padrões de consumo estrangeiros. As decisões de investimento e o progresso técnico são guiados para replicar tais padrões externos, e não no sentido de provocar a mudança estrutural necessária para a superação do subdesenvolvimento. Assim, o ideal de desenvolvimento na periferia “[...] passou a confundir-se com importação de certos padrões culturais, ou seja, com a *modernização* dos estilos de vida.” (FURTADO, 1983, p. 181, grifo nosso).

O fenômeno da dependência é explorado com maior profundidade em *O Mito do Desenvolvimento Econômico* (1996), onde a modernização dos estilos de vida é analisada conjuntamente com as transformações nas relações de poder no plano das relações internacionais. Aqui, Furtado observa que a conformação de uma estrutura de produção global oligopólica no período pós-Segunda Guerra Mundial, comandada pelas grandes multinacionais, acaba por aprofundar a dependência entre a periferia e o centro. O progresso técnico sendo comandado por essas grandes corporações, que por sua vez são ao mesmo o vetor pelo qual os estilos de vida “modernos” são transmitidos para os países periféricos, leva a reconfiguração desses países na direção de emular os requisitos necessários para a conformação de uma especialização produtiva capaz de replicar tais estilos de vida. As decisões econômicas exercidas por esses oligopólios claramente

provocam um efeito dominação sobre a capacidade dos estados nacionais periféricos em promover agendas de desenvolvimento, sendo o poder econômico exercido na direção contrária da mudança estrutural relacionada à superação do subdesenvolvimento.

Para Celso Furtado a tecnologia incorporada aos equipamentos importados não se relaciona com o nível de acumulação de capital alcançado pelo país, e sim com o perfil da demanda (o grau de diversificação de consumo) do setor modernizado da sociedade. Essa seria uma especificidade marcante do subdesenvolvimento na fase de plena industrialização. O comportamento dos grupos que se apropriam do excedente condicionado pelo “mimetismo” cultural, acaba por aprofundar o abismo social das economias periféricas, em prol da continuidade da acumulação (FURTADO, 1996).

A conexão entre o fenômeno da dependência e o aspecto concreto do desenvolvimento, perpassando pelo desenvolvimento tecnológico, se dá pelo conceito de criatividade, que Furtado introduz em *Criatividade e Dependência na Civilização Industrial* (2008). Nesta obra, o autor aponta que ao longo da história inúmeras civilizações emergiram, e cujo potencial criativo no que diz respeito às artes, a música, a literatura, era incomensurável (a exemplo da Roma Antiga). Porém, foi apenas quando a criatividade humana passou a ser direcionada à lógica da produção que o mundo (em particular as grandes potências europeias que surgiram na primeira Revolução Industrial) experimentou um processo de intensificação de acumulação de capital. Assim, a criatividade pode ser dividida em dois processos:

O primeiro diz respeito à técnica, ao empenho do homem de dotar-se de instrumentos, de aumentar sua capacidade de ação. O segundo refere-se à utilização última desses meios, aos valores que o homem adiciona ao seu patrimônio existencial. (FURTADO, 1994, p. 37).

Considerando que a acumulação de capital é condicionada pelo progresso técnico, então tem-se que a criatividade humana passa a ser guiada para a concepção de inovações e sua difusão, e os valores da cultura-não material ficam em segundo plano (ainda que sejam os determinantes das potencialidades humanas) (RODRÍGUEZ, 2009). Como coloca o autor,

De maneira geral, todas as formas que assume a criatividade humana podem ser postas a serviço do processo de acumulação. Mas são aquelas cujos resultados são por natureza cumulativos – a ciência e a tecnologia –

que melhor satisfazem as exigências desse processo, o que lhes vale o lugar privilegiado que ocupam na civilização industrial. (FURTADO, 2008, p. 117).

Como bem observa o autor, a tecnologia, ou o domínio das técnicas modernas de produção, constitui em um valioso recurso de poder no plano das relações internacionais, sendo que tal recurso é de suma importância para a superação do quadro da dependência. De acordo com Furtado (2008, p. 151-152):

Reduzida a suas últimas consequências, a luta contra a dependência vem a ser um esforço para anular os efeitos do monopólio desses recursos detido pelos países centrais. É que a tecnologia possui a virtualidade de, por uma ou outra forma, substituir-se a todos os demais recursos de poder. Não é demais lembrar que a tecnologia constitui na civilização industrial a expressão final da criatividade humana. [...] O que vimos chamando de civilização industrial não é senão a resultante de certa orientação da criatividade humana, orientação que favorece a acumulação e conduz a reprodução de certas estruturas sociais. O produto da criatividade assim orientada é a técnica moderna, ingrediente nobre do processo de acumulação. Aqueles que a controlam ocupam posições dominantes na luta pelo excedente.

Com o que foi apresentado, podemos fazer um esboço da teoria furtadiana sobre o subdesenvolvimento. Antes de estar relacionado com fatores concretos, o subdesenvolvimento possui causas mais profundas, relacionadas a como certos valores culturais afetam o desenrolar do processo de desenvolvimento dessas economias atrasadas.

A transplantação de valores culturais alienígenas à dinâmica social nacional pretérita acaba em última instância constringendo as capacidades criativas das economias subdesenvolvidas. As decisões relevantes quanto aos investimentos e quanto ao progresso técnico passam a ser direcionadas na tentativa de mimetizar os estilos de vida observados nos centros, e não em promover a mudança estrutural requerida para a superação do subdesenvolvimento. A lógica do sistema econômico subdesenvolvido torna-se deturpada, pois é comandada pela demanda por estilos de vida estrangeiros, e não pela oferta, que seria levada a cabo pela criatividade, por inovações tecnológicas promovidas pelos empresários nacionais. A dependência cultural, portanto, constitui em uma trava para o desenvolvimento da criatividade local, para as inovações tecnológicas, e, por fim, à mudança estrutural requerida para a superação do atraso das economias periféricas.

As questões aparentes do subdesenvolvimento, tais quais estrangulamentos no balanço de pagamentos, mão-de-obra subempregada, baixa acumulação de capital, dentre outros, são fruto da capacidade criativa restringida pela dominação exercida por esses valores culturais sobre as economias desenvolvidas. Não só na esfera econômica, mas a capacidade criativa se manifesta também de forma “truncada” no âmbito político, e assim a capacidade dos estados nacionais em tomarem decisões autônomas de caráter estrutural fica comprometida.

Podemos observar que a obra de Furtado e o seu entendimento sobre o subdesenvolvimento desemboca na criatividade, essa variável de natureza quase que metafísica, e que se manifesta sobre o progresso técnico, ou, em outras palavras, as inovações tecnológicas, que por fim determinam a evolução da acumulação de capital em uma economia. Porém, observa-se uma lacuna quanto os canais pelo qual a criatividade de fato afeta o desenvolvimento tecnoproductivo de um país, seja subdesenvolvido ou não. A seção subsequente busca apresentar alguns elementos do paradigma institucional e neoschumpeteriano que serão explorados posteriormente na tentativa de entender melhor a conexão entre criatividade e progresso técnico.

### **3 APORTES INSTITUCIONALISTAS E SCHUMPETERIANOS PARA A ANÁLISE DO SUBDESENVOLVIMENTO**

#### **3.1 A Economia Institucional: Hábitos e a causação reconstitutiva descendente**

“As instituições importam”. Talvez esse seja o único denominador possível entre as vertentes da abordagem institucionalista, cada uma com uma forma particular de interpretar os fenômenos socioeconômicos. As origens da Economia Institucional remontam o final do século XIX, onde os escritos de autores como Thorstein Veblen, John Commons e Walton Hamilton constituíram os fundamentos teóricos do que ficou conhecido na literatura como “institucionalismo americano”, o qual foi dominante no debate econômico no período entreguerras, até o seu declínio após a Segunda Guerra Mundial (RUTHERFORD, 2001). Veblen é amplamente considerado o precursor e principal expoente do pensamento institucionalista. Suas críticas ao paradigma neoclássico e sua interpretação hedonista sobre o comportamento humano (os indivíduos sendo “calculadoras de prazeres e dores”

passivas e imutáveis), bem como à concepção de equilíbrio e seu caráter teleológico (deixando de lado a análise sobre os processos de mudança entre diferentes estados da natureza) abriram espaço para o “pensar evolucionário” sobre a ciência econômica (CHAVANCE, 2008; VEBLEN, 1898). Esse consiste em colocar no centro do debate os processos de “causação cumulativa” que norteiam os fenômenos sociais, e a seleção evolucionária das instituições. Sobre o primeiro ponto, Veblen coloca que as ações econômicas de um indivíduo evoluem por meio de um processo de “adaptação dos meios aos fins”, transformando-se cumulativamente com o prosseguimento desse processo (VEBLEN, 1898).

O ponto focal de sua análise é a relação entre indivíduos e instituições. Instituições para Veblen são definidas como “hábitos de pensamento prevalecentes no que diz respeito a relações e funções particulares do indivíduo e da comunidade.”<sup>3</sup> Os hábitos constituem padrões de comportamento desenvolvidos pelos indivíduos para que sejam saciados seus desejos instintivos. Na medida em que esses se tornam enraizados na psique dos indivíduos, condicionando o pensar, o raciocínio, passam a ser considerados hábitos do pensamento (MONASTÉRIO, 1998). Assim, instituições para Veblen são “[...] formas de pensamento e comportamento amplamente aceitas e incorporadas.”<sup>4</sup>

As instituições nascem a partir da conduta e interação dos indivíduos, que por sua vez tem seus comportamentos moldados justamente pelas instituições, ou seja, a dinâmica institucional se desenrola por meio da causação cumulativa entre indivíduos e instituições.<sup>5</sup> As instituições sobrevivem por meio do processo de “seleção natural”, onde essas consistem no produto de processos de seleção e adaptação que condicionam os padrões de comportamento que prevalecem em uma comunidade, sendo ao mesmo tempo fatores de seleção dos indivíduos “mais aptos”. Esse caráter dual põe em evidência a forma como as instituições influenciam a adaptação dos indivíduos, ou seja, mudanças institucionais levam a seleção daqueles dotados do “melhor temperamento”, cuja adaptação e ação posteriores podem levar à formação de novos hábitos de pensamento compartilhados, ou seja, novas instituições (RUTHERFORD, 1998; VEBLEN, 2007).

---

<sup>3</sup> Tradução livre de “[...] prevalent habits of thought with respect to particular relations and particular functions of the individual and of the community.” (VEBLEN, 2007, p. 126).

<sup>4</sup> Tradução livre de “[...] embodied generally accepted ways of thinking and behaving.” (RUTHERFORD, 2001, p. 174).

<sup>5</sup> “[...] the situation of today shapes the institutions of tomorrow through a selective, coercive process, by acting upon men’s habitual view of things, and so altering or fortifying a point of view or a mental attitude handed down from the past.” (VEBLEN, 2007, p. 126).

As ideias de Veblen sobre os fenômenos econômicos e sociais são resgatadas na contemporaneidade nos trabalhos de Hodgson (1998, 2000, 2003, 2006). Instituições aqui são definidas como “[...] sistemas duráveis de regras e convenções sociais estabelecidas e incorporadas que estruturam as interações sociais.”<sup>6</sup> As instituições impõem estabilidade sobre as atividades humanas através da reprodução de hábitos de pensamento, e assim ordenam as expectativas e ações dos indivíduos. Tal qual na perspectiva vebleniana observa-se a centralidade do conceito de hábito, sendo esse “[...] uma propensão amplamente não deliberativa e auto-atuante a se engajar em um padrão de comportamento previamente adotado.”<sup>7</sup> Os hábitos, sendo uma dimensão da cognição humana, permitem que propensões e conhecimentos sejam “enraizados”, além de serem o mecanismo que alicerça o comportamento seguidor de regras sociais, conferindo estabilidade para as relações sociais.

O conceito de “causação reconstitutiva descendente” (HODGSON, 2000; HODGSON, 2003; HODGSON, 2006) é crucial para entender a inter-relação entre indivíduos e instituições. As propensões habituais dos agentes são influenciadas pelas instituições, causando assim o reforço das propensões existentes e a emergência de novas crenças e aspirações, que se manifestam nas interações sociais, tendo reflexo sobre as instituições. Da mesma forma que as instituições dependem dos indivíduos para a sua existência, esses dependem das instituições, e assim não pode-se fazer uma análise que dissocie indivíduos e instituições, já que essas são estruturas objetivas externas e fontes subjetivas da agência humana, sendo os hábitos de pensamento o elo entre os dois.

Os *feedbacks* que surgem desse *loop* levam ao “espalhamento” das instituições por meio da emulação e imitação de hábitos, contribuindo assim para o reforço dos mesmos. Através da causação reconstitutiva descendente certos modos de pensar coletivamente aceitos e enraizados tendem a perpetuar-se em trajetórias específicas, a exemplo das “estruturas institucionais historicamente enraizadas”, que são criadas pela repetição de ações sociais, econômicas e políticas (ZYSMAN, 1994).

---

<sup>6</sup> Tradução livre de “durable systems of established and embedded social rules and conventions that structure social interactions.” (HODGSON, 2003, p. 163).

<sup>7</sup> Tradução livre de “[...] self-sustaining, nonreflective behavior that arises in repetitive situations.” (HODGSON, 1998, p. 178)

### 3.2 A Economia Neo-Schumpeteriana

O paradigma neo-schumpeteriano, em poucas palavras, lida com os fatores determinantes das inovações tecnológicas e como elas afetam a economia como um todo. Ou mais formalmente, ele “[...] lida com os processos dinâmicos que causam transformações qualitativas nas economias, impulsionadas pela introdução de inovações nas várias e multifacetadas formas e os processos co-evolucionários relacionados.”<sup>8</sup>

Não só a definição acima, mas também o próprio nome desse programa de pesquisa remetem as contribuições paradigmáticas de Joseph Schumpeter, onde o autor destaca o papel da introdução de inovações tecnológicas (ou “novas combinações” em sua nomenclatura) no fluxo circular da renda, e as transformações qualitativas resultantes, sendo a ação dos empresários responsável por colocar no mercado essas novas combinações e desencadear o processo conhecido como “destruição criativa”<sup>9</sup> (SCHUMPETER, 1961, 1997).

Os microfundamentos do paradigma neo-schumpeteriano fazem referência ao trabalho seminal de Nelson e Winter (1982). Os autores propõem um modelo de dinâmica concorrencial de caráter evolucionário, sendo adotada uma postura crítica em relação à teoria tradicional, a qual enxerga as firmas como agentes relativamente homogêneos. Essas são guiadas pelo objetivo comum de maximização de lucros, sob a hipótese de racionalidade substantiva, e também sob os condicionantes de preferências e tecnologias dadas (entendendo aqui tecnologia como sendo as formas possíveis de combinações de insumos). Assim, não haveriam maiores dificuldades em escolher as ações prioritárias dentro desses conjuntos, dado seu objetivo primal.

Partindo dessa crítica, os autores formulam três conceitos, com inspiração na biologia, que servem de base para o seu modelo: rotina, busca e seleção. As rotinas são definidas como padrões de comportamento estáveis referentes a uma atividade específica, e tem o papel de oferecerem coordenação, controle e coerência; minimizam conflitos; reduzem a incerteza; incorporam conhecimento; e reduzem o uso de recursos cognitivos

---

<sup>8</sup> Tradução livre de “[...] deals with dynamic processes causing [...] qualitative transformation of economies driven by the introduction of innovation in their various and multifaceted forms and the related co-evolutionary processes” (HANUSCH; PYKA, 2006, p. 280).

<sup>9</sup> Como apontam Hanusch e Pyka (2006) e Dopfer (2007), o escopo do paradigma neo-schumpeteriano se situa primordialmente no nível meso (o nível da dinâmica industrial), entre os níveis micro (onde o aprendizado tecnológico e o empreendedorismo são centrais) e macro (o nível das variáveis agregadas). O paradigma neo-schumpeteriano herda essa característica, buscando ampliar principalmente as conexões entre os níveis micro e meso.

(MILAGRES, 2011). As rotinas de uma firma são entendidas como os seus “genes”, o fator que carrega a memória referente às atividades e às aptidões das firmas. Os processos de busca, por sua vez, consistem na revisão das rotinas existentes, e eventuais modificações. São esforços implementados para solução de problemas e adaptação a novas circunstâncias (notadamente traduzidos nos investimentos em P&D), e em sua essência um processo que envolve risco, executado com base em tentativas e erros. Como coloca Cário (1995, p. 158), “o esforço inovador de modificação das rotinas existentes caracteriza-se pela busca de novas oportunidades, centradas no aspecto do contexto tecnológico”, e tais esforços seriam análogos a um princípio de variações e mutações. Por fim, tem mecanismos de seleção, os quais funcionam como uma espécie de filtro sobre os genes, e que são subdivididos basicamente em ambientes seletivos de mercado (como as estruturas de demanda e de concorrência) e os ambientes não-mercantis (relacionados à atuação estatal e outros fatores institucionais). Em resumo, essa dinâmica evolucionária coloca no centro do debate a implementação de esforços inovativos com o intuito de se conquistar posições superiores na concorrência.

O desenvolvimento tecnológico aqui possui grande importância, pois é o “estado das artes” e como ele evolui que dita o ritmo pelo qual as firmas buscam inovar. Nesse sentido, Dosi (1982, 2006) propõe uma interpretação do processo de mudança técnica fazendo uma analogia ao conceito de “paradigmas científicos”, originário da epistemologia científica, e que consiste naquilo que o autor cunhou como paradigma tecnológico. Pode-se definir esse conceito como sendo “um ‘modelo’ e um ‘padrão’ de solução de problemas tecnológicos selecionados, baseados em princípios selecionados, derivados das ciências naturais, e em tecnologias materiais pré-selecionadas” (DOSI, 2006, p. 41). Tal qual os paradigmas kuhnianos, os paradigmas científicos possuem um caminho “normal” para os problemas que surgem na “navegação” por um determinado paradigma, e que Dosi, por sua vez, definiu como “trajetórias tecnológicas.” Estas consistem, portanto, “como o padrão da atividade ‘normal’ de resolução do problema (isto é, do ‘progresso’), com base num paradigma tecnológico” (DOSI, 2006, p. 41).

“Navegar” pelas trajetórias tecnológicas em busca do fortalecimento da competitividade implica que as firmas estão em constante busca por novos conhecimentos técnicos economicamente úteis, e assim o aprendizado tecnológico é central na perspectiva neo-schumpeteriana. As principais características do processo de aprendizagem tecnológica são sumarizadas por Malerba (1992): o aprendizado é um processo custoso e orientado, que ocorre internamente às empresas; o aprendizado é relacionado a várias

fontes de conhecimento, sejam essas internas ou externas a firma; o processo de aprendizagem é cumulativo, e aumenta o estoque de conhecimento da firma; e o estoque de conhecimento resulta majoritariamente em inovações locais e incrementais.

Tratando especificamente destas características, o aprendizado tecnológico é custoso por diversos motivos, dentre os quais destaca-se: a incerteza quanto os resultados econômicos de uma nova tecnologia frente os custos afundados (recursos monetários, físicos, além do tempo) do processo para desenvolvê-la; a aquisição de novos conhecimentos envolve uma dimensão cognitiva, já que, ao nível individual, um maior nível de qualificação dos pesquisadores está relacionado com um maior potencial de desenvolvimentos científicos, além de que o acúmulo prévio de conhecimentos pode facilitar o aprendizado, na medida em que novos eventos são “armazenados” através de conexões com aqueles já internos a um indivíduo (COHEN; LEVINTHAL, 1990; STEPHAN, 2010); no que tange o estoque de conhecimento, Lam (1998) afirma que, para além do conhecimento explícito, o conhecimento tácito<sup>10</sup> e a sua articulação com o primeiro são fundamentais para determinar as capacidades inovativa e de aprendizado das firmas. A dimensão tácita do conhecimento impõe uma restrição, ou um “custo”, sobre a transmissão de determinado corpo de ideias, já que a sua articulação em códigos explícitos não é um processo trivial, envolvendo a tradução de capacidades cognitivas de terceiros.<sup>11</sup>

Ainda sobre as dimensões do aprendizado tecnológico, cabe considerar como o ambiente a qual as firmas estão inseridas influencia na construção interna de novas aptidões, e como as firmas interagem com esse ambiente. Cohen e Levinthal (1989, 1990) colocam que a capacidade de uma firma absorver conhecimentos externos a ela seria função das competências construídas internamente via investimentos em P&D (o qual “desenvolve a capacidade da empresa de identificar, assimilar e explorar o conhecimento do ambiente”<sup>12</sup>), e essa capacidade foi denominada pelos autores de “capacidade de absorção”<sup>13</sup>. Se retomarmos o modelo evolucionário de Nelson e Winter (1982), podemos

---

<sup>10</sup> Os autores dividem o conhecimento em quatro tipos: *Embrained* (individual e explícito, e que depende das habilidades e cognitivas individuais); *Embodied* (individual e tácito, relacionado a experiência prática de cada pessoa); *Encoded* (coletivo e explícito, o qual consiste no conjunto de informações transmitidas por meio de sinais e símbolos); e *Embedded* (que está relacionado às rotinas organizacionais, e normas e práticas compartilhadas).

<sup>11</sup> “Tacit knowledge cannot be expressed outside the action of the person who has it. In general, we are not even aware of the fact that we have such knowledge, or else we simply disregard it [...]” (FORAY; 2007, p. 236),

<sup>12</sup> Tradução livre de “[...] develops the firm’s ability to identify, assimilate, and exploit knowledge from the environment [...]” (COHEN; LEVINTHAL, 1989, p. 569).

<sup>13</sup> De acordo com Cohen e Levinthal (1989) os investimentos em P&D são decisivos para a assimilação e conhecimento externo por causa não só dos altos custos desse processo de assimilação (contrariando as

observar que os processos de seleção constituem uma forma de interação entre firmas e mercado (ou entre organismos e o meio ambiente utilizando as analogias biológicas), interação essa que direciona e dita o ritmo dos avanços tecnológicos via processos de *feedback*.

#### **4 ASPECTOS MICRODINÂMICOS DO SUBDESENVOLVIMENTO: CONJECTURAS A PARTIR DOS PARADIGMAS INSTITUCIONALISTA E NEO-SCHUMPETERIANO**

Considerando o que foi apresentado até aqui, apresenta-se a seguir uma leitura do subdesenvolvimento em Celso Furtado a partir dos paradigmas institucionalista e neo-schumpeteriano. Tal qual como colocado anteriormente, percebe-se que os aspectos concretos do subdesenvolvimento estão intimamente relacionados com um denominador comum, a dependência cultural. As decisões econômicas são afetadas negativamente pela dependência, o que guarda uma estreita relação com o conceito de criatividade. Esse por sua vez é o determinante da capacidade humana de transformação do meio material por meio dos avanços técnicos, ao mesmo tempo que estende os valores e crenças dos indivíduos.

A questão que se põe é por que o subdesenvolvimento se reproduz ao longo do tempo, sob diferentes arranjos institucionais, sem que haja a superação/ruptura com a condição dependente? A resposta para essa pergunta passa pelo fato que a dependência cultural, sendo compreendida como um modo de entendimento sobre a realidade, está enraizado na “consciência coletiva” de uma sociedade, tal qual uma instituição. Os ideais de modernização e mimetização enraizados nos valores coletivos e individuais mutuamente se reforçam, fazendo com o que a economia subdesenvolvida permaneça na condição de demandadora e bens e serviços externos, e assim o conjunto de valores que conduz o desenvolvimento dessas sociedades é direcionado para a modernização. A dependência cultural de Furtado sendo uma instituição é sumarizada por Arend, Zuniga e Moreira (2019, p. 1318):

---

teses de que o conhecimento tecnológico seria um "bem público"), mas também que esses custos são proporcionais ao estoque de conhecimento prévio, o qual é condicionado pelos incentivos da firma para adquirir novos conhecimentos. Sendo assim, "the ease of learning, in turn, depends upon the characteristics of the underlying technological and scientific knowledge upon which innovation depends in a given industry." (COHEN; LEVINTHAL, 1989, p. 569).

A instituição da dependência molda as aspirações de seus indivíduos, suas percepções e seus interesses. [...] Sua trajetória cognitiva e institucional a obriga a trilhar um caminho tecnológica e financeiramente servil. Enunciado a partir do léxico da reconstituição descendente causal, os hábitos e entendimentos dependentes foram enraizados e institucionalizados, nas economias subdesenvolvidas em geral e no Brasil em particular, e agora o que se tem são sistemas econômicos aprisionados. (AREND; ZUNIGA; MOREIRA, 2019, p. 1318).

Duas considerações podem ser feitas sobre o conceito de criatividade esposado por Furtado a partir dessa interpretação. Esse, sendo um modo de compreensão da realidade a partir de um conjunto de valores culturais e o determinante para a transformação desses mesmos valores em uma determinada sociedade, nada mais é do que um modo de pensar, um modelo mental, compartilhado pelos indivíduos de uma população específica, ao mesmo tempo em que é particular a cada um desses indivíduos, já que faz parte da psique humana.

A criatividade, assim, é o fator através da qual a dependência cultural afeta o conjunto de valores e crenças que fazem referência às condições materiais de uma sociedade, com destaque para aqueles que dizem respeito ao próprio significado de desenvolvimento, além daqueles relacionados com os meios de transformação material. Este último por sua vez apresenta uma relação estreita com o desenvolvimento das técnicas de produção de uma sociedade. Sendo “[...] o progresso técnico [...] fruto da criatividade humana, da faculdade do homem para inovar” (FURTADO, 2000, p. 43), Celso Furtado avança na análise do desenvolvimento tecnológico no contexto de sua teorização sobre o subdesenvolvimento, fazendo uma contribuição importante dentro do marco do estruturalismo latino-americano, onde o progresso técnico é encarado como função da relação capital-trabalho.

Sobre a face material da criatividade, Fernando Fajnzylber, outro autor de raízes cepalinas, elabora o seu próprio conceito de criatividade ao discutir a sua proposta de uma “nova industrialização” para a América Latina (AL) no contexto da crise da década de 1980, onde as discussões sobre estratégias de desenvolvimento são colocadas em um segundo plano de prioridades no debate econômico da região. Olhando em retrospecto para o processo “truncado” de industrialização da AL, Fajnzylber (1983) propõe que uma nova estratégia deve levar em consideração a variável da criatividade, a qual seria o fator “por trás” do aprendizado tecnológico, sendo condicionada pelas diversas esferas que compõem a realidade social (econômica, cultural, científica, política) (FAJNZYLBBER, 1983;

RODRÍGUEZ, 2009). A criatividade seria responsável por condicionar a compreensão e transformação do plano material das relações sociais em determinados objetivos, e, assim, “[...] pode então ser associada ao estabelecimento de fins sociais, ao aprofundamento da compreensão do homem e das relações sociais, assim como do meio natural e os processos pelos quais este se transforma.”<sup>14</sup>

Os conceitos de criatividade de Furtado (que abarca os valores culturais em sua totalidade) e de Fajnzylber (conectado intimamente com o aprendizado tecnológico) fornecem assim um instrumento que é simultaneamente analítico e historicamente construído para a análise do subdesenvolvimento, o qual é o vetor pela qual a “instituição da dependência” afeta o desenvolvimento tecnológico nos países atrasados. O fator comum a ambos os conceitos de criatividade – o potencial humano criador de inovações tecnológicas – traz à tona a centralidade não só do desenvolvimento tecnológico como a necessidade de um aprofundamento de sua análise. Seguindo a linha da aproximação do pensamento cepalino com a abordagem neo-schumpeteriana a partir da década de 1990 (BIELSCHOWSKY, 2009), o conceito de criatividade, sendo uma variável analítica e historicamente determinada na interpretação aqui feita, consiste em um “fator schumpeteriano” para a análise do subdesenvolvimento, na medida em que determina o potencial gerador de inovações tecnológicas dos agentes.

Assim, tem-se que a dependência cultural furtadiana age sobre a capacidade de geração de inovações tecnológicas de uma estrutura econômica subdesenvolvida, sendo que tal efeito é negativo no sentido em que tais inovações não são direcionadas para a mudança estrutural requerida para que seja alcançado o desenvolvimento. No âmbito microeconômico, tem-se por analogia com os conceitos schumpeterianos que a dependência age sobre a criatividade resultando em “genes pouco criativos” dominantes por parte das firmas, na debilidade nos processos de busca por inovações, na capacidade de resolução de problemas tecnológicos, na aquisição de novos conhecimentos necessários para que sejam levados a cabo os esforços inovativos, além da identificação das oportunidades tecnológicas essenciais para a mudança estrutural anteriormente citada.

A fim de ilustrar a interpretação proposta da teoria do subdesenvolvimento furtadiana utiliza-se o esquema na Figura 1. Os quatro níveis de análise correspondem ao esquema analítico do que foi apresentado neste trabalho, sendo que os níveis mais superiores estão

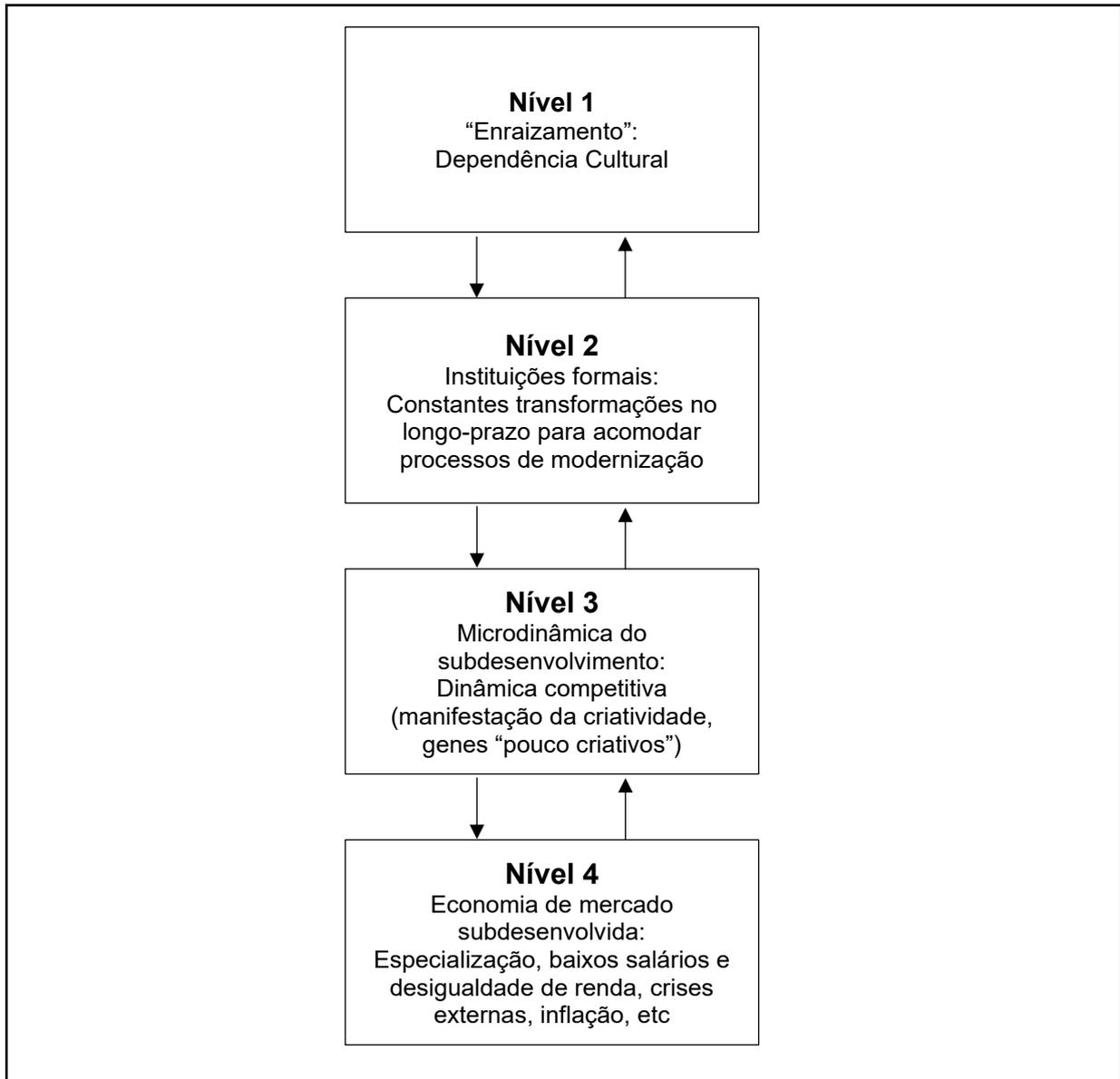
---

<sup>14</sup> Tradução livre de “[...] puede entonces asociarse al establecimiento de fines sociales, a la profundización em la comprensión del hombre y de las relaciones sociales, así como del medio natural y de los procesos por medio de los cuales este se transforma.” (FAJNZYLBBER, 1983, p. 348).

relacionados aos aspectos mais “abstratos” do subdesenvolvimento, ou não diretamente relacionados com a esfera da produção.

Como pode-se observar o nível superior da interpretação proposta, o nível da dependência cultural, tem influência em todos os outros níveis de análise, sendo reforçado pelos *feedbacks* existentes entre os mesmos. A dependência cultural, assim, age sobre os regramentos formais de uma sociedade (que por sua vez se moldam a fim de dar continuidade ao desenvolvimento dependente), sobre a dinâmica competitiva das firmas, em outras palavras, o lócus da geração de progresso técnico, e sobre as relações de mercado, essas acometidas pelos fatores típicos de uma economia subdesenvolvida.

Figura 1 - Esquema analítico da interpretação evolucionária do subdesenvolvimento



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Furtado (1983, 1996, 2008, 2009) e Williamson (2000).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou fazer uma contribuição à teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado a partir das perspectivas institucionalista e neo-schumpeteriana. O ecletismo característico da obra de Furtado abre espaço para diversas interpretações e caminhos a serem seguidos a partir dos alicerces erigidos por sua obra, e os aportes

evolucionários explorados aqui trazem *insights* enriquecedores na matéria do subdesenvolvimento e, de maneira mais ampla, do desenvolvimento econômico.

A hipótese de trabalho estabelecida buscou explorar as conexões entre os âmbitos institucional-cognitivo e tecnológico no escopo da teoria da dependência furtadiana. Em última instância tem-se que a mentalidade de uma sociedade condicionada pelo ideal modernizante resulta em capacidades criativas pouco desenvolvidas, considerando que a criatividade conecta as esferas institucional, da “consciência coletiva”, e tecnológica, através da qual se materializa a concepção de desenvolvimento como padrões de consumo moderno.

Em outras palavras, a criatividade é o elo entre o plano do enraizamento institucional, da dependência cultura, e o da dinâmica competitiva, havendo reflexos nos regramentos de uma sociedade e em suas relações de mercado. Assim, a relação entre os hábitos de pensamento coletivos e as capacidades inovativas de uma estrutura econômica mutuamente se reforçam, sendo que esse processo conduz às economias subdesenvolvidas para cada vez mais longe do desenvolvimento propriamente dito, oposto à ideia de progresso modernizante, cerne da dependência cultural.

## REFERÊNCIAS

AREND, M.; FAGOTTI, V. Z.; MOREIRA, A. G. Cultura e Histerese Institucional: A dependência furtadiana como uma instituição histórica. **Nova Economia**, v. 29, n. Especial, p. 1305–1330, 2019.

BIELSCHOWSKY, R. Sixty years of ECLAC: Structuralism and neo-structuralism. **CEPAL Review**, Santiago, n. 97, p.171-192, abr. 2009.

CÁRIO, S. A. F. Contribuição do Paradigma Microdinâmico Neo-Schumpeteriano à Teoria Econômica Contemporânea. **Textos de Economia**, v. 6, n. 1, p. 155–170, 1995.

CHAVANCE, B. **Institutional Economics**. Abingdon: Routledge, 2008

COHEN, W. M.; LEVINTHAL, D. A. Innovation and Learning: The two faces of R&D. **The Economic Journal**, Oxford University Press Oxford, UK, v. 99, n. 397, p. 569–596, 1989.

COHEN, W. M.; LEVINTHAL, D. A. Absorptive Capacity: A new perspective on learning and innovation. **Administrative Science Quarterly**, v. 35, n. 1, p. 128–152, 1990.

- DOPFER, K. The Pillars of Schumpeter's Economics: Micro, meso, macro. In: HANUSCH, H.; PYKA, A. (Ed.). **Elgar Companion to Neo-Schumpeterian Economics**. Cheltenham: Edward Elgar, 2007. p. 65–77.
- DOSI, G. Technological Paradigms and Technological Trajectories. **Research policy**, v. 2, n. 3, p. 147–62, 1982.
- DOSI, G. **Mudança Técnica e Transformação Industrial: A teoria e uma aplicação à indústria de semicondutores**. Editora Unicamp, Campinas, 2006. [1984].
- FAJNZYLBBER, F. **La Industrialización Trunca de América Latina**. Ciudad de Mexico: Editorial Nueva Imagen, 1983.
- FORAY, D. Tacit and Codified Knowledge. In: HANUSCH, H.; PYKA, A. (Ed.). **Elgar Companion to Neo-Schumpeterian Economics**. Cheltenham: Edward Elgar, 2007. p. 235–247.
- FURTADO, C. **Teoria Política do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1983. [1967].
- FURTADO, C. A Superação do Subdesenvolvimento. **Economia e Sociedade**, v. 3, n. 1, p. 37–42, 1994.
- FURTADO, C. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. [1974].
- FURTADO, C. **Pequena Introdução ao Desenvolvimento: Um enfoque interdisciplinar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. [1980].
- FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. [1959].
- FURTADO, C. **Criatividade e Dependência na Civilização Industrial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. [1978].
- FURTADO, C. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2009. [1962].
- HANUSCH, H.; PYKA, A. Principles of Neo-Schumpeterian Economics. **Cambridge Journal of Economics**, Oxford University Press, v. 31, n. 2, p. 275–289, 2006.
- HODGSON, G. M. The Approach of Institutional Economics. **Journal of Economic Literature**, JSTOR, v. 36, n. 1, p. 166–192, 1998.
- HODGSON, G. M. What Is the Essence of Institutional Economics? **Journal of Economic Issues**, Taylor & Francis, v. 34, n. 2, p. 317–329, 2000.
- HODGSON, G. M. The Hidden Persuaders: Institutions and individuals in economic theory. **Cambridge Journal of Economics**, Oxford University Press, v. 27, n. 2, p. 159–175, 2003.

HODGSON, G. M. What Are institutions? **Journal of Economic Issues**, Taylor & Francis, v. 40, n. 1, p. 1–25, 2006.

LAM, A. et al. **Tacit Knowledge, Organisational Learning and Innovation: A societal perspective**. DRUID, 1998. v. 98.

MALERBA, F. Learning by Firms and Incremental Technical Change. **The Economic Journal**, JSTOR, v. 102, n. 413, p. 845–859, 1992.

MILAGRES, R. Rotinas – Uma revisão teórica. **Revista Brasileira de Inovação**, v. 10, n. 1, p. 161–196, 2011.

MONASTÉRIO, L. **Guia para Veblen: Um estudo acerca da economia evolucionária**. Pelotas: Edufpel, 1998.

NELSON, R.; WINTER, S. **An Evolutionary Theory of Economic Change**. Cambridge, MA: The Belknap Press of Harvard University Press, 1982.

PERROUX, F. The Domination Effect and Modern Economic Theory. **Social Research**, JSTOR, p. 188–206, 1950.

RODRÍGUEZ, O. **O Estruturalismo Latino-Americano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. [2006].

RUTHERFORD, M. Veblen's Evolutionary Programme: A promise unfulfilled. **Cambridge Journal of Economics**, Oxford University Press, v. 22, n. 4, p. 463–477, 1998.

RUTHERFORD, M. Institutional Economics: Then and now. **Journal of Economic Perspectives**, v. 15, n. 3, p. 173–194, 2001.

SCHUMPETER, J. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. [1942].

SCHUMPETER, J. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1997. [1911].

STEPHAN, P. E. The Economics of Science In: HALL, B.; ROSEMBERG, N. (Ed.). **Handbook of the Economics of Innovation**. Amsterdam: Elsevier, 2010. v. 1, p. 218–274.

VEBLLEN, T. Why is Economics Not an Evolutionary Science? **The Quarterly Journal of Economics**, JSTOR, v. 12, n. 4, p. 373–397, 1898.

VEBLLEN, T. **Theory of the Leisure Class**. Oxford: Oxford University Press, 2007. [1899].

WILLIAMSON, O. The New Institutional Economics: Taking stock, looking ahead. **Journal of Economic Literature**, v. 38, n. 3, p. 595–613, 2000.

ZYSMAN, J. How Institutions Create Historically Rooted Trajectories of Growth. **Industrial and Corporate Change**, Oxford University Press, v. 3, n. 1, p. 243–283, 1994.